

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.492 - AC (2019/0260358-0)

RECORRENTE : MARIA MADALENA MESSIAS
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE MAZZALI - AC003895
 GISELI ANDRÉIA GOMES LAVADENZ MAZZALI -
 AC004297
RECORRIDO : ESTADO DO ACRE
PROCURADOR : NILO TRINDADE BRAGA SANTANA - AC004903

DECISÃO

Maria Madalena Messias ajuizou ação contra o Estado do Acre, objetivando indenização por danos materiais e morais, decorrentes do óbito do seu filho, que se encontrava sob a custódia do Estado, no Centro Socioeducativo Santa Juliana.

A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando o réu no pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por danos morais, mais pensão (fls. 248-255).

O Tribunal de Justiça Estadual negou provimento à apelação interposta, mantendo integralmente a sentença, nos termos da seguinte ementa (fls. 349-350):

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MORTE DE MENOR INFRATOR NO INTERIOR DE UNIDADE SÓCIO EDUCATIVA. PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PARTE RÉ PARA A CAUSA. REJEITADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBSIDIÁRIA DO ENTE ESTATAL. DIREITO DE REGRESSO ASSEGURADO. MÉRITO: MENOR INFRATOR VIOLENTADO DENTRO DE CELA COM ARMA BRANCA (ESTOQUE) E ASSASSINADO COM ASFIXIA MECÂNICA CAUSADA POR ESTRANGULAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA DE NENHUMA DAS CAUSAS DE EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE. FALHA DO PODER PÚBLICO DECORRENTE DE OMISSÃO ESPECÍFICA DO DEVER DE PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA DOS MENORES INFRATORES CUSTODIADOS. INCIDÊNCIA DA HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 37, § 6º, DA CF/1988. PRECEDENTE ANÁLOGO DO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. DANOS MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. INDENIZAÇÕES DEVIDAS. QUANTIAS INDENIZATÓRIAS FIXADAS DENTRO DOS PARÂMETROS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. A responsabilidade subsidiária do ente estatal autoriza que ele (ente estatal) responda, individualmente, pelos danos causados a terceiros por entidade de direito público da administração indireta (autarquia e/ou fundação pública) vinculada àquele (ente estatal), sendo garantido ao mesmo (ente estatal) o direito de regresso contra a respectiva entidade (autarquia e/ou

Superior Tribunal de Justiça

fundação pública). Precedentes do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

2. Ao realizar recolhimento de menor infrator em qualquer estabelecimento socioeducativo da rede pública, o Poder Público assume a assisada obrigação de velar pela salvaguarda de sua integridade física, devendo utilizar todos os meios necessários ao cabal cumprimento dessa incumbência legal, sob pena de incorrer em responsabilidade civil pelos eventuais fatos danosos causados ao menor, nos termos do art. 37, § 6º, da CF/1988. Precedentes análogos do Supremo Tribunal Federal - STF em sede de repercussão geral (RE 841526/RS).

3. Para fins de fixação das quantias indenizatórias deve o juízo, mediante prudente arbítrio, levar em consideração o grau de culpa para a ocorrência do evento, a extensão dos danos sofridos e as condições pessoais das partes envolvidas, devendo ser mantida as verbas fixadas, quando observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

4. Apelos não providos.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 420).

Maria Madalena Messias interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 186 do Código Civil, defendendo a necessidade de majoração do *quantum* indenizatório, pois irrisória verba fixada por danos morais.

Neste particular, aponta divergência jurisprudencial entre o acórdão vergastado e julgado desta Corte, que entendeu, em caso análogo, pela razoabilidade do dano moral fixado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Contrarrazões ofertadas às fls. 455-469, sustentando a razoabilidade do *quantum* indenizatório fixado na origem.

É o relatório. Decido.

A controvérsia recursal está centrada no valor indenizatório fixado a título de danos morais decorrentes do óbito do filho da recorrente - que se encontra sob a custódia do Estado recorrido, a qual ser ínfimo o valor arbitrado no *decisum* vergastado.

Esta Corte de Justiça procede à revisão de verbas indenizatórias em situações bastante excepcionais: quando a verba tenha sido fixada em valor irrisório ou exorbitante. Confirmam-se alguns julgados no sentido (g.n.):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPARAÇÃO DE DANOS. MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE EM RODOVIA. COLISÃO. ÓBITO. LESÃO PELA PERDA DE UM FILHO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não viola o art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 o acórdão que rejeita os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

Superior Tribunal de Justiça

2. Tendo o tribunal de origem decidido a causa com base na análise dos elementos fático-probatórios dos autos, alterar sua decisão atrai a incidência da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em 250 (duzentos e cinquenta) salários mínimos.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 904.302/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 11/04/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno interposto contra decisão monocrática publicada em 05/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

[...]

IV. Ressalte-se que a jurisprudência deste Tribunal permite o afastamento do óbice, previsto na Súmula 7/STJ, apenas na hipótese de fixação em valor irrisório ou abusivo, circunstância inócua, no presente caso. Nesse contexto, não sendo o caso de valor exorbitante, não há como afastar, no ponto, a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 873.844/TO, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 27/03/2017).

A partir de tal entendimento é necessário determinar se o valor fixado nos presentes autos seria irrisório, conforme sustentado no recurso interposto.

Nesse diapasão, o Tribunal *a quo*, ao analisar as circunstâncias que envolveram o caso *in concreto*, entendeu por manter o valor fixado na sentença em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), consignando que (fls. 360-361):

[...]

Em relação aos valores fixados a título de danos materiais e morais na origem, considerando a condição socioeconômica das partes, as consequências do evento danoso e a repercussão destas (consequências) na vida pessoal da parte autora, tenho que [i] a indenização por danos materiais deve ser mantida em 2/3 (dois terços) do salário mínimo vigente à época do evento, a partir dos 21 (vinte e um anos) de de cujus, perdurando até a data em que este viesse a completar 25 (vinte e cinco) anos, a partir de quando deverá ser reduzida para 1/3 do salário até a idade em que a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade; assim como [ii] também deve ser conservada a quantia da reparação relativa aos danos morais, qual seja, R\$ 10.000,00 (dez

Superior Tribunal de Justiça

mil reais), para a parte autora (mãe da vítima), valores estes que se mostram razoáveis à realidade do caso concreto, não implicando ônus demasiado a parte ofensora (ré) nem vantagem indevida a parte vítima (autora), conforme se infere de caso semelhante julgado pela Segunda Câmara Cível deste Séquito (TJ-AC) e pela Quarta Turma Cível do TJ-DF:

[...]

Ao manter o valor fixado na sentença, o acórdão destoa da jurisprudência desta Corte em situações análogas a dos autos. A esse respeito, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MORTE DE DETENTO FILHO DA AUTORA. GRAVES QUEIMADURAS CAUSADAS POR INCÊNDIO OCORRIDO NO ESTABELECIMENTO EM QUE ESTAVA RECOLHIDO EM DECORRÊNCIA DE REBELIÃO. DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. VALOR DOS DANOS MORAIS ARBITRADO EM R\$ 50.000,00. INDENIZAÇÃO FIXADA COM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Configurada está a responsabilidade do Estado diante da falha na segurança do presídio e dos internos, em adotar medidas preventivas para evitar a rebelião que gerou o falecimento do filho da Autora durante o cumprimento de pena.

2. A alteração do entendimento adotado pelo Tribunal de origem, a fim de afastar o nexos causal, e de diminuir o valor fixado (R\$ 50.000,00) a título de reparação pelos danos morais sofridos, cujas razões fáticas foram sopesadas pela Corte de origem, demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo Interno do Estado da Paraíba a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1531467/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 10/10/2016).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE DETENTO, SOB CUSTÓDIA DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REDUÇÃO DO VALOR. PRETENSÃO RECURSAL QUE ESBARRA NO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. O ora agravante interpôs Recurso Especial, no qual busca a redução do valor da indenização por danos morais, fixados, na origem, em R\$ 50.000,00, devidos em decorrência da morte do marido da agravada, ocorrida em uma das celas da Cadeia Pública do Município de Capistrano/CE.

II. Apenas em situações excepcionais, em que a parte demonstra, de forma contundente, que o valor fixado para o pagamento de indenização por danos morais é exorbitante ou irrisório - o que não ocorreu no caso -, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça permite o afastamento do óbice, previsto na Súmula 7/STJ, para que seja possível a sua revisão.

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1368026/CE, Rel. Ministra ASSUSETE

Superior Tribunal de Justiça

MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 28/11/2014)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MORTE DE DETENTO FILHO DA AUTORA. GRAVES QUEIMADURAS CAUSADAS POR INCÊNDIO OCORRIDO NO ESTABELECIMENTO EM QUE ESTAVA RECOLHIDO EM DECORRÊNCIA DE REBELIÃO. DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. VALOR DOS DANOS MORAIS ARBITRADO EM R\$ 50.000,00. INDENIZAÇÃO FIXADA COM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Configurada está a responsabilidade do Estado diante da falha na segurança do presídio e dos internos, em adotar medidas preventivas para evitar a rebelião que gerou o falecimento do filho da Autora durante o cumprimento de pena.

2. A alteração do entendimento adotado pelo Tribunal de origem, a fim de afastar o nexo causal, e de diminuir o valor fixado (R\$ 50.000,00) a título de reparação pelos danos morais sofridos, cujas razões fáticas foram sopesadas pela Corte de origem, demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo Interno do Estado da Paraíba a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1531467/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 10/10/2016)

Dessa forma, mostra-se ínfimo o valor fixado pela instância ordinária, destoante do que vem sendo prestigiado pela jurisprudência, merecendo ser revisto nesta Corte de Justiça.

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Nesse panorama, o recurso também merece acolhida no que toca à apontada divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RI/STJ, dou provimento ao recurso especial para majorar o valor da indenização por danos morais para o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

